

## DO CONFINAMENTO DOMÉSTICO À AMBIÇÃO FEMININA: O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO, A INSTRUÇÃO E A INTELLECTUALIDADE DAS MULHERES NA FRANÇA SETECENTISTA\*

FROM DOMESTIC CONFINEMENT TO FEMALE AMBITION: THE SOCIO-HISTORICAL CONTEXT, EDUCATION, AND INTELLECTUAL LIFE OF WOMEN IN EIGHTEENTH-CENTURY FRANCE

Francyhélia Benedita Mendes Sousa\*\*

Luciano da Silva Façanha\*\*\*

Ana Caroline Amorim Oliveira\*\*\*\*

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar uma análise do contexto social das mulheres do século XVIII, de modo que, vislumbre-se como os limites entre o público e privado foram substanciais na vida, na instrução e na intelectualidade das mulheres na França setecentista. Especificamente, a investigação enfatizou questões que versam sobre quais os contextos sociais que as mulheres viviam e se relacionavam, quais espaços por elas eram ocupados na sociedade francesa pré-revolução, bem como, qual foi a instrução transmitida a elas e quais as ambições das intelectuais da Ilustração. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, exploratória e de caráter bibliográfico, desenvolvida metodologicamente a partir da análise teórica, abordagem crítico-reflexiva interdisciplinar e interpretação hermenêutica. Com base na pesquisa realizada, constatou-se que a civilidade e sociabilidade imposta às mulheres, principalmente, sob o pretexto de uma moral feminina, deu origem a uma nova forma de “ser mulher” em uma sociedade cortesã que estava muito mais preocupada com hábitos voltados à representação do vestir, do comer, do falar e do agir, do que com o verdadeiro desenvolvimento das faculdades humanas. No entanto, existiram mulheres que se negaram a seguir tal modelo de civilidade, a exemplo de grandes nomes como Olympe de Gouges e Mary Wollstonecraft, intelectuais e ativistas em prol da absoluta e inalienável emancipação humana.

**PALAVRAS-CHAVE:** mulheres; público; privado; ambição feminina; intelectualidade.

### ABSTRACT

This article aims to present an analysis of the social context of women in the 18th century, in order to show how the boundaries between the public and private spheres were substantial in the lives, education, and intellectual life of women in 18th-century France. Specifically, the research emphasized questions concerning the social contexts in which women lived and interacted, the spaces they occupied in pre-revolutionary French society, as well as the education they received and the ambitions of female intellectuals of the Enlightenment. This is a qualitative, exploratory, and bibliographical research study, methodologically developed from theoretical analysis, an interdisciplinary critical-reflective approach, and hermeneutic interpretation. Based on the research conducted, it

---

\* Artigo recebido em 25/03/2026 e aprovado para publicação em 06/06/2026. Ressaltamos que este artigo é um recorte do segundo capítulo da Dissertação intitulada “Filosofia, gênero e literatura no Século XVIII: a figura feminina apresentada por Jean-Jacques Rousseau no romance filosófico *Júlia ou A nova Heloísa*”, desenvolvida e apresentada no PGCult-UFMA. O presente texto sofreu significativas alterações, a exemplo do título original e das seções que o compõe. Agradecemos à FAPEMA, UFMA, PGCult e pelo financiamento CAPES (Finance code 001).

\*\* Doutoranda em Cultura e Sociedade pela PGCult-UFMA. Mestra em Cultura e Sociedade (UFMA). Licenciada em Filosofia (UFMA). Professora do Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Interdisciplinar Jean-Jacques Rousseau UFMA/FAPEMA/CNPq. E-mail: [francyhelia.benedita@discente.ufma.br](mailto:francyhelia.benedita@discente.ufma.br).

\*\*\* Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Doutor e mestre em Filosofia (PUCSP) Licenciado em Filosofia (UFMA). Bacharel em Direito pela Universidade Cidade de São Paulo. É Pós Doutor em Filosofia pela PUCSP. Docente do Departamento de Filosofia e do PGCult-UFMA. Líder do GEPI Rousseau UFMA/FAPEMA/CNPq. E-mail: [luciano.facanha@ufma.br](mailto:luciano.facanha@ufma.br).

\*\*\*\* Professora Adjunto III da UFMA. Professora Permanente do PGCult-UFMA. Bolsista Produtividade da FAPEMA. Líder do Grupo de Pesquisa Epistemologia da Antropologia, Etnologia e Política (CNPq). E-mail: [oliveira.ana@ufma.br](mailto:oliveira.ana@ufma.br)

was found that the civility and sociability imposed on women, mainly under the pretext of feminine morality, gave rise to a new way of "being a woman" in a courtly society that was much more concerned with habits related to the representation of dress, eating, speaking, and acting than with the true development of human faculties. However, there were women who refused to follow this model of civility, such as great names like Olympe de Gouges and Mary Wollstonecraft, intellectuals and activists in favor of absolute and inalienable human emancipation.

**KEYWORDS:** women; public; private; female ambition; intellectualism.

*Os discursos e imagens cobrem as mulheres como uma vasta e espessa capa.  
Como alcançá-los, como quebrar o silêncio, os estereótipos que as envolvem?  
(Michelle Perrot)*

## INTRODUÇÃO

A sociedade e a literatura do Antigo Regime monárquico da França setecentista tinham características marcantes. No âmbito social, havia restrições muito claras em relação às mulheres. O limite entre o público e o privado, definido com base em uma diferença entre os sexos e gêneros, delimitava quais espaços e funções cada sexo deveria ou não ocupar e exercer. Os homens podiam transitar entre o público e o privado, mas, as mulheres - donas de casas burguesas, mães, filhas, esposas - eram limitadas ao espaço privado e doméstico. Impedidas de assumir funções na vida pública, as mulheres eram reservadas à vida doméstica, sendo função feminina exclusiva o cuidado da família. Contudo, apesar do privilégio social e discursivo dos homens, é possível encontrar outras formas de manifestação do feminino no século XVIII.

Com base nos estudos das intelectuais Olympe de Gouges com a célebre *Declaração dos direitos da mulher e da cidadã* e Mary Wollstonecraft e *A Reivindicação dos Direitos da Mulher* e das pesquisas como *Arqueofeminismo* (Maxime Rovere, 2019), *Histórias das mulheres no Ocidente* (Duby; Perrot, 1991), *As mulheres ou os silêncios da história* e *Minha história das mulheres* e (Perrot, 2005; 2019) e *História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes* (Roger Chartier, 2009), objetiva-se apresentar uma análise do contexto social das mulheres do século XVIII, de modo que, vislumbremos como os limites entre o público e privado foram substanciais na vida, na instrução e na intelectualidade das mulheres na França setecentista. Especificamente, a investigação enfatizou questões que versam sobre quais os contextos sociais que as mulheres viviam e se relacionavam, quais espaços por elas eram ocupados na sociedade francesa pré-revolução, bem como qual foi a instrução transmitidas a elas e quais as ambições das intelectuais da Ilustração.

## 1 O CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DAS MULHERES NA SOCIEDADE FRANCESA SETECENTISTA

Na sociedade burguesa setecentista, a mulher era reservada à vida privada, e este (o privado) por sua vez, constituiu-se como espaço doméstico. Acentua Nicole Castan (2009, p. 407) que “com certeza e de modo geral, ela [foi] excluída dos papéis públicos e das responsabilidades exteriores”. A mulher burguesa tinha uma ocupação a cumprir, espaços determinados que podia frequentar e uma reputação a preservar:

[...] sua ocupação [era] prioritariamente doméstica; o cenário: a casa; sua vocação: encarnar a imagem de esposa e mãe, arraigada pela Igreja e pela sociedade civil. A exigência de honra – feita de aparência, fidelidade aos seus e a sua boa reputação resume-o muito bem; portanto, uma dedicação constante a todos que vivem sob seu teto a destina a servir, ou seja, a cuidar: alimentar, criar, atender na doença, assistir na morte – essa é a ocupação das mulheres, que a ela se devotam gratuitamente; aliás, não se costuma reconhecer sua participação, tão frequente, na produção para melhor enaltecê-las ou gratificá-las em testamento (Castan, 2009, p. 407).

A ligação entre a vida doméstica e as mulheres era tão forte que ela chega a determinar, em certa medida, uma identidade feminina: “[...] a mulher é sempre a dona de casa [...]” (Perrot, 2019, p. 114). O modelo ideal de mulher estava intimamente projetado em uma mãe e uma dona de casa responsável, tornando-se um desejo masculino e uma obsessão feminina. A mobilidade social restrita ao círculo da casa, fez com que a dona de casa burguesa estimasse o trabalho doméstico e as atividades simples do seu cotidiano, como o tricô e o bordado, elegendo um valor indispensável ao trabalho. Quanto aos espaços reservados às mulheres, Michelle Perrot (2019, p. 136) ratifica:

[...] as formas de confinamento, de enclausuramento das mulheres, são muitas: o gineceu, o harém, o quarto das mulheres do castelo feudal retratado por Jeanne Bourin num romance recente, o convento, a casa de estilo vitoriano, o bordel”. Portanto, por mais que as mulheres compartilhassem da restrição aos espaços públicos, os espaços e as condições a que uma mulher da corte, uma dona de casa burguesa, uma dona de casa dos meios operários e uma criada eram confinadas alteravam-se em função das posições que ocupavam na sociedade.

Na sociedade do Antigo Regime, a mulher, apesar do confinamento ao lar e dedicação exclusiva à família, também era senhora. Com a responsabilidade total de cuidar das atribuições da casa e da família, a mulher era serva e senhora ao mesmo tempo. Não havia uma absoluta subordinação religiosa ao chefe da família, havia na verdade uma estrita divisão de poderes e

tarefas. No exercício do comando da casa, era dever da mulher orientar a criada, educar os filhos e gerir a economia doméstica. Enquanto o marido reinava no ofício, ela reinava na casa. Outra liberdade subsistente no período, diz respeito à possibilidade, salvaguardado o risco de um escândalo público, de dispor dos próprios recursos financeiros (Castan, 2009).

Não se reduzindo a uma mera reclusão, por meio dos espaços privados houve a constituição da intimidade. Antes de ser um gênero romanesco, ele é um modo de vida, um mundo totalmente das mulheres, através do qual elas se conheciam e confiavam os segredos mais devastadores. E pelo menor cerceamento no ambiente doméstico, puderam estabelecer relações mais independentes (Perrot, 2019). Algumas mulheres souberam tirar proveito do confinamento intimista, sussurrando e influenciando seus maridos na tomada de decisões domésticas, econômicas e até políticas. Mas, Castan (2009) explica que os espaços e a forma como esses laços eram formados entre as mulheres variavam de acordo com suas classes sociais. Enquanto para as mulheres da aristocracia e da burguesia essa intimidade ocorria entre mãe e filha, irmãs, amigas ou esposas no seio familiar:

Para as mulheres que não tiveram acesso à vida de sociedade no sentido convencional do termo, tais vínculos se estabelecem necessariamente no interior da parentela ou da vizinhança, sendo reforçados nos bairros urbanos pela promiscuidade de praxe (num subúrbio de Toulouse uma casa de três andares abriga dezesseis famílias de artesãos, uma em cada quarto). A exiguidade do espaço, a ausência de comodidades obriga a sair de casa para providenciar água, fogo, luz; sem falar nesses lugares coletivos, mas de vocação feminina que são o lavadouro, a fonte, o forno ou moinho; no Midi, as mulheres para ali se dirigem em grupos de três ou quatro vizinhas e ficam horas conversando. De modo geral, a vida e o trabalho, depois qualificados como interiores, transbordam: as mulheres se apoderam da soleira da porta, da rua, até mesmo da praça pública; nesses espaços, elas reúnem-se em “pequenos pelotões” na Toulouse no século XVIII para escolher ervas e alimentar os filhos; e uma taberneira também de Toulouse, lava seus copos com toda a naturalidade - em suma, trata-se de um setor inteiro que já não é propriamente dito doméstico, porém ainda não foi conquistado pela autoridade pública (Castan, 2009, p. 411).

Perrot (2019) divide as mulheres da França setecentista em camponesas<sup>1</sup>, donas de casa do meio operário, donas de casas burguesas, criadas, prostitutas e acrescentam-se a essas as mulheres da aristocracia e da corte francesa – estas últimas, mulheres com privilégios sociais

---

<sup>1</sup> As mulheres camponesas foram por um longo período a maior parcela das habitantes francesas; vivendo fora das delimitações das cidades, em “[...] ligadas aos trabalhos rurais; no período que precede a Segunda Guerra Mundial, na França, era essa a condição de quase metade das mulheres. [...] A vida das camponesas era regrada pela família e dos ritmos dos campos. Numa rígida divisão de papéis, tarefas e espaços. Para o homem, o trabalho da terra e as transações do mercado. Para a mulher, a casa, a criação de animais, o galinheiro e a hora, cujos produtos, como Perrete, ela vendia na feira. [...]” (Perrot, Michelle, 2019, p. 111 – 136).

cuja distinção possibilitou registros históricos sobre suas vidas e labores, como pontuaremos mais a frente Distinção, classificação e divisão social que atingiu profundamente a organização francesa na modernidade. Não só os laços íntimos e os espaços frequentados por essas mulheres eram distintos, suas aspirações, ambições, sonhos e medos também. A forma como uma jovem herdeira da aristocracia levava a vida era extremamente diferente da vida das outras jovens das classes burguesa e operária, sobretudo das criadas e das prostitutas<sup>2</sup>. Portanto, “diferenças sociais consideráveis marcam a condição das jovens [...]” (Perrot, 2019, p. 45) e das mulheres no período.

A liberdade da jovem solteira da aristocracia, que monta a cavalo, pratica esgrima, tem um preceptor ou uma governanta, como seus irmãos, e aprende rudimentos do latim [e outras atividades intelectuais], contrasta com a vigilância exercida sobre a jovem solteira burguesa, educada por sua mãe, iniciada às atividades domésticas e às artes de entretenimento (o indefectível piano), refinada por alguns anos de estudo ou de colégio interno e submetida aos rituais no mundo social, que visam o casamento. A filha das classes populares é posta para trabalhar muito cedo, geralmente em serviços domésticos. Serviçal de propriedade rural (como a Marie-Claire, natural do Berry, retratada por Marguerite Audoux), ela é quase sempre exposta a trabalhos pesados e constrangida à promiscuidade; criada doméstica “para todo tipo de serviço” na cidade, é exposta aos riscos da sedução. Outras são admitidas como aprendizes em oficinas de costura ou numa fábrica. [Portanto,] não é simples manter-se na condição de jovem solteira, com restrições do corpo e do coração, quase sem liberdade de escolha quanto a seu futuro, seus projetos amorosos, exposta à sedução [ou à violência?], à maternidade indesejada, impedida de procurar o pai da criança pela lei napoleônica<sup>3</sup>, relegada à solidão e ao abandono. As jovens solteiras são vítimas de diversos males: a melancolia, a anorexia – palavra surgida na Inglaterra por volta de 1880 –, que traduz mal-estar, obsessão pela magreza, mas também recusa da única opção colocada à sua frente, o casamento (Perrot, 2019, p. 45 – 46).

As donas de casa dos meios operários<sup>4</sup>, geralmente esposas de artesãos ou carpinteiros,

---

<sup>2</sup> A prostituição no século da Ilustração atingiu números fantasiosamente “imensuráveis”, o que dificulta a análise real dos fatos, é o que mostra, ironicamente, Michelle Perrot: “no Ocidente cristão, a prostituição era estigmatizada. Sua expansão acompanhava a das cidades, e foi considerável no século [XVIII]. Londres e Paris eram capitais da prostituição, e divulgavam-se números enormes, fantasiosos mesmo. Falava-se de 50 mil prostitutas em Paris – Parent-Duchatelet reduziu essa quantia a 12 mil – às vésperas da Revolução, da qual elas participaram. Em 1789, as prostitutas desfilaram na capital reivindicando o reconhecimento de seus direitos e a liberdade de circulação” (Perrot, 2019, p. 78).

<sup>3</sup> Sobre a situação das mulheres após a promulgação do Código Civil napoleônico, sancionado em 31 de março de 1804 que passou a vigorar em todos os territórios comandados por Napoleão e alcançando influência sobre toda a Europa e até América do Sul, Michelle Perrot expõe que as mulheres casadas ficaram sob a total tutela dos maridos: “dependente juridicamente, ele perde seu sobrenome. Está submetida a regras de direito que têm por objetivo principal proteger a família: costumes do Antigo Regime; Código civil eminentemente patriarcal, dado por Napoleão à França e mesmo à Europa, que, de algum modo, o adota e que praticamente deixa as mulheres sem nenhum direito. Dependente sexualmente, está reduzida ao “dever conjugal” prescrito pelos confessores. [...]” (Perrot, Michelle, 2019, p. 47- 48).

<sup>4</sup> Sobre elas, mulheres que mais tarde passaram a ser objeto de estudo das ciências sociais como economia e administração, Michelle Perrot, aponta: “Nos séculos XVIII e XIX houve uma tomada de consciência da

tinham que gerir a casa com o pouco que seus maridos ganhavam e algumas ainda faziam trabalhos extras para ajudar nas despesas. As criadas, vivendo em quatinhos nas casas da burguesia ou da aristocracia francesa, a depender da família que serviam, estavam à mercê dos infortúnios do destino<sup>5</sup> (vide *Justine*)<sup>6</sup>, enquanto as senhoras burguesas ou aristocráticas – estas menos e aquelas mais – preocupavam-se com a casa, a vestimenta, a boa alimentação e um par conveniente para casar seus herdeiros. As filhas da aristocracia receberiam belos dotes pelo casamento, podendo desfrutar de seus bens sem a intromissão do marido. Já as damas da corte preocupavam-se com o vestido mais bonito para o baile, com os passeios pelos jardins parisienses, com os pretendentes para o noivado e com os pomposos bailes da primavera. As mães, burguesas ou da corte, preocupavam-se em manter as filhas longe dos escândalos e próximas a um casamento próspero<sup>7</sup>.

A dicotomia público/privado referente à situação feminina na França contava ainda com uma singularidade em relação a outros regimes monárquicos. Perrot (2019, p. 152) aponta que a Lei Sállica tirou qualquer direito das mulheres a sentarem no trono, “[...] a rainha, na França, é apenas a ‘mulher do rei’, como foi mostrado por Fanny Cosandey, o que não é o caso em outros países europeus [...]”: a Inglaterra teve Elizabeth I, na Rússia, governou Catarina (a Grande); na Suécia, a rainha Cristina e, na Áustria, reinou Maria Tereza (mãe de Maria Antonieta).

De modo geral, na França do século XVIII, as mulheres – camponesas, donas de casa do meio operário, donas de casas burguesas, filhas da aristocracia, mulheres da corte ou criadas

---

importância do trabalho doméstico na vida das famílias e das sociedades. A “boa dona de casa” é objeto de conselhos, de tratados de economia doméstica ou de educação, mais tarde de escolas, principalmente nas grandes fábricas que encarregam de formar as mulheres de seus operários; [...]. Os economistas e os moralistas veem na dona de casa dos meios operários o núcleo do equilíbrio econômico e familiar (Perrot, Michelle, 2019, p. 115).

<sup>5</sup> Michelle Perrot pontua sobre a situação de vulnerabilidade das jovens em seus ambientes de trabalho doméstico, que as chamadas “[...] “criadinhos”, cujo alojamento ficava no último andar dos imóveis urbanos, [...], às voltas com visitas frequentes dos patrões [e vulneráveis sob suas investidas, também sofriam com o que hoje se denomina de “assédio ou violência sexual”], muitas vezes com a cumplicidade das patroas, que preferiam que seus filhos se envolvessem com uma jovem doméstica sadia, recém-chegada do interior, a que frequentassem o bordel arriscando-se a pegar sífilis” (Perrot, 2019, p. 76).

<sup>6</sup> Ver Sade (2008).

<sup>7</sup> Salientamos que a sociedade do antigo regime era uma sociedade calcada em tradições hetero normativas as quais prezava por relacionamentos afetivos/sexuais entre homens e mulheres, enquanto as relações homoafetivas eram totalmente repudiadas no período. Um exemplo desse repúdio euro-ocidental a relações não héteros, foi a violência aplicada a mulheres lésbicas entre os anos 1600 a 1800 na Europa Ocidental. “Em 1613, o tribunal da Inquisição criminalizou a relação entre mulheres, mas esta foi descriminalizada em 1646, porque os inquisidores não se convenceram de que era possível haver sodomia entre mulheres, considerando que, para isso, seria necessária a penetração no “vaso traseiro” e a presença de ejaculação (Toledo, Livia Gonsalves; Teixeira Filho; Fernando Silva, p. 39-61. 2011).

– não eram bem-vindas a espaços públicos, principalmente na escrita e na política. No que diz respeito ao acesso das mulheres a conhecimentos úteis e rentáveis, os três primeiros séculos da modernidade apresentam transformações significativas de modo que crianças e meninas passaram a ser iniciadas em uma instrução (cristã) cada vez mais cedo. Sonnet (1991, p. 144) destaca que “as decisões tomadas no Concílio de Trento (1545-1563) situam a reação católica no território protestante: a instrução dos fiéis na doutrina correta, desde a mais tenra idade”, em consequência disso, a reforma de Lutero fez forte apologia à alfabetização feminina, uma vez que o conhecimento das escrituras deveria chegar a todos.

## **2 A INSTRUÇÃO FEMININA NO SÉCULO XVIII: OS LIMITES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO**

No século XVII, letradas com grande influência, Mlle de Scudéry e Mme de Servigné, assim como o filósofo Poullain de la Barre e a escritora Mary Astell, despertaram seus interesses político e literário sobre a instrução feminina, e manifestaram-se fortemente sobre a necessidade de uma educação formal para as mulheres. Entre outros pontos, a questão da racionalidade e instrução feminina foram ressaltadas com o argumento de que as mulheres são tão capazes de aprender quanto os homens, pois as aptidões e funções sociais femininas apenas não foram desenvolvidas como as masculinas. Argumentos que foram ganhando defensores, fortalecendo a luta e adquirindo novas características com o passar dos anos. Segundo Sonnet (1991, p. 147):

À margem das discussões literárias, as duas últimas décadas do século XVII [veem] amadurecer em França uma reflexão mais claramente pedagógica sobre a educação das [meninas]. Os primeiros programas de estudos coerentes então propostos excluem, é certo, os conhecimentos abstratos (as línguas antigas, a retórica e a filosofia continuam apanágio dos homens), mas têm o mérito de afirmar alto e com som a necessidade de um saber feminino. A demografia vem dar força à pedagogia: as viúvas têm de saber tratar dos seus assuntos. Reconhecer às mulheres a absoluta necessidade de saber ler, escrever e contar, mesmo sem pôr em causa a sua função social exclusivamente familiar e doméstica, abre, ainda assim, uma brecha para o acesso a uma nova cultura, a novos poderes.

As aspirações sociais em relação a uma educação clássica, aumentaram internacionalmente entre os séculos XVI e XVIII, já que necessidades básicas, ao menos da aristocracia e burguesia, haviam sido asseguradas. Nesse período, as elites cristãs, a nobreza e a burguesia passaram a se preocupar cada vez mais que seus filhos tivessem acesso à cultura clássica, universidade, colégios para assumirem carreiras civis e eclesiásticas importantes

através do conhecimento do latim. Porém, Sonnet enfatiza (1991, p. 141) que, enquanto aos meninos eram ofertados estudos formais e intelectuais, já às filhas, “tanto do povo como de gente importante [...]”, eram transmitidos “[...] os saberes, e sobretudo os saberes-fazer confinados no universo doméstico, os que se adquirem em casa com a mãe, que mantém e salvaguardam as casas cristãs”, ou seja, saberes informais e manuais. E foi diante desse cenário que as luzes e a intelectualidade feminina foram pouco desenvolvidas em relação às luzes dos homens e meninos.

A partir de tal contexto histórico, Roger Chartier (2009, p. 115) evidencia como a porcentagem da leitura e da escrita na França entre os séculos XVII e XVIII eram acentuadamente desiguais: tomando “taxas de assinaturas” por “taxas de alfabetização”, o cenário referente aos níveis de leitura e escrita na França sofre alterações de um século para o outro, de modo que “[...] em 1686-90 apenas 29% dos homens e 14% das mulheres [assinavam]; em 1786 já são 48% dos homens e 27% das mulheres”. Números percentuais que, se comparados aos níveis de escrita entre homens e mulheres, estes são ainda mais desiguais. “De fato, nas sociedades antigas, a educação das meninas inclui a aprendizagem da leitura, mas não da escrita, inútil e perigosa para o sexo feminino” (Chartier, 2009, p. 118). Demonstração cabal de que as habilidades da leitura, da escrita e da reflexão filosófica eram grandes privilégios das elites aristocratas, brancas, e majoritariamente masculinas, não somente na França iluminista, mas em praticamente todo o mundo ocidental.

Um cenário que ganha novos elementos no século das Luzes. “A partir de 1760, o problema da educação feminina e masculina, invade as consciências iluminadas. Entre 1715 e 1759, foram publicadas 51 obras tratando da educação, número que passa a 161 para o período 1760-1790” (Sonnet, 1991, p. 149). A educação feminina foi assunto de reuniões e discursos filosóficos dos ilustrados. Poderiam agora as mulheres serem mais esclarecidas? Ou suas luzes continuariam apagadas ou limitadas por uma instrução doméstica e cristã?

Uma vez admitida a necessidade de reformar – ou mesmo de formar, simplesmente – a instrução feminina, o debate das Luzes centra-se na questão do seu Lugar, casa paterna ou instituição, e subsidiariamente na da escolha dos professores e dos conhecimentos a transmitir. A reflexão desenvolve-se em torno da crítica do convento, lugar onde as [meninas] privadas de ar puro, nada aprendem e estiolam – sem falar do absurdo de confiar a religiosas, estranhas à experiência conjugal, o cuidado de formar futuras esposas e mães. O século XVIII inclina-se para a educação familiar, mas como esta só nos meios privilegiados pode ser assegurada com bons resultados, é necessário que um sistema de educação pública supra as deficiências dos pais (Sonnet, 1991, p. 149).

Se a grande maioria das mulheres francesas não tinham acesso à uma instrução formal, não sabiam ler ou escrever e quando usufruíam de algum capital cultural, esse, em grande parte dos casos, restringia-se a leituras dos textos sagrados ou leituras sobre “máximas do casamento,” como poderiam desenvolver habilidades intelectuais como a escrita? Desenvolver o desejo (ou a necessidade) de refletir sobre suas condições? Fazerem filosofia? Escrever tratados, discursos, ensaios ou romances? E mesmo diante de tantos obstáculos ainda sim conseguissem elaborar e organizar produções literárias, como poderiam publicar suas obras, levar ao mundo parte de suas inquietações se ser uma “mulher autora/escritora” era algo completamente deplorável na sociedade do Antigo Regime?

Desde o século XVII, as pessoas de letras já tratavam sobre a instrução e a escrita feminina, como aponta Sonnet (1991, p. 146):

Se os reformadores católicos se debatem, <<no terreno>>, com a questão da educação das [meninas], as pessoas de letras colocam-no de outra maneira. No século XVII, todas os gêneros literários – novela, comédia, literatura epistolar – tratam do assunto. Os salões literários promovem belos serões com as polêmicas sobre o saber das mulheres. A pedrada no charco lançada por Molière em *Les Précieuses ridicules*, de 1659, e *Les Femmes savantes*, de 1672, não para fazer ondas. Faz-se troça de pedante, enquanto a mulher sábia e naturalmente instruída encontra defensores. A ideia de que os defeitos normalmente reprovados nas mulheres [provêm da sua falta de instrução encontra, todavia, adeptos nos espíritos que não estavam cegos pela misoginia. Mlle de Scudéry, tal como Mme de Sévigné, mulheres de letras e de influência, batem-se por um saber concreto, enquanto toda a produção filosófica e literária se ocupa em comparar os méritos intelectuais dos dois sexos.

Entre tantos obstáculos enfrentados pelas mulheres francesas por meio de restrições baseadas na hierarquia entre os sexos, como a instrução que poderiam ou não receber e a divisão entre os lugares permitidos ou não a seus deslocamentos, sejam sociais ou intelectuais, os salões parisienses estavam para além desses limites. Neles, mulheres e homens podiam conversar e debater sobre os mais diversos assuntos. Com destaque entre os espaços que permitiram a inserção intelectual das mulheres, como explica Zechlinski (2012, p. 24-25):

Os salões foram lugares de aproximação entre homens e mulheres que possibilitaram a inserção delas nos debates intelectuais, e os conventos foram lugares que permitiram a instrução feminina formal, onde as freiras podiam atuar não só como educadoras e escritoras, mas também como defensoras da educação de mulheres. Os salões literários que começaram a se delinear na França do século XVII funcionavam nas residências de mulheres aristocratas, as *salonnières*, e posteriormente nas residências das mulheres burguesas, que recebiam semanalmente pessoas letradas para conversações e apreciação de textos literários. Pelo fato de os salões serem espaços mistos, deles participando tanto homens como mulheres de letras, tornaram-se locais que os aproximaram e que possibilitaram àquelas mulheres [bem-educadas] participar

dos debates intelectuais. Tal participação nos salões não significava que as escritoras dispunham das mesmas facilidades que os escritores para publicarem seus livros, nem que gozavam do mesmo prestígio que eles. Essas mulheres dependiam das relações de amizade com homens letrados, o que facilitava a publicação de suas obras, pois os escritores tanto as ajudavam a refinar a escrita e a adequá-la aos padrões literários da época, quanto dispunham dos meios para fazer publicar os textos de suas amigas, como, por exemplo, o contato com editores e livreiros. Dessa forma, o salão literário mostrava-se como um lugar de educação informal das mulheres, assim como era o meio pelo qual elas faziam publicar as suas obras, como demonstrou Erica Harth. Por outro lado, participando desses espaços elas exerceram influência nas obras dos escritores seus amigos, desempenhando também o importante papel de críticas literárias.

Os salões foram espaços que permitiram não só a sociabilidade entre homens e mulheres da aristocracia e alta burguesia, como também possibilitaram o desenvolvimento intelectual das ilustradas. Nas reuniões, as escritoras encontraram a oportunidade de expor, debater e refinar suas ideias e, assim, revisar suas obras e ainda ter contato com editores para possíveis publicações dos escritos.

Ao falar do quadro institucional, no qual a *Encyclopédia* estava inserida, Pedro Paulo Pimenta lança um olhar diferente do que foi veiculado sobre a participação feminina na vida “intelectual” da Paris da Iluminista. Segundo o autor, além da corte, os salões eram um dos pilares que sustentavam, junto às instituições oficiais, o equilíbrio da vida social do Antigo Regime, de modo que:

[...] muitas vezes [o gesto de decretar a sorte ou a desgraça de um jovem escritor, era] ditado por recomendações direta de algumas das damas que [mantinham] em Paris os célebres salões de conversação, espaços abertos em seus *bôtels*, para a frequência de escritores, poetas, cientistas, filósofos, belos espíritos e damas da sociedade interessadas em se instruir junto a essa companhia, num ambiente mais arejado, em que o sabor circula livremente, na maioria das vezes sem outra censura além das medidas e formalidades que regem as relações entre as classes e os sexos e, por extensão, essas joviais seções. Esse espaço socialmente demarcado, permeado por relações políticas, é receptivo ao novo saber enciclopédico, uma visão de mundo que, sem contestar diretamente a ordem social, propõe uma reforma de monta nas crenças e hábitos intelectuais consolidados ao longo dos séculos mais recentes (Pimenta, 2015, p. 11-12).

Em completo contraste com as academias francesas, cuja circulação era permanente restrita a homens – e em função disso, eles se notabilizaram como um dos lugares de tradições e costumes mais conservadores do Regime absolutista – os salões literários foram verdadeiros espaços revolucionários para o desenvolvimento da escrita, da autoria e da reflexão filosófica das mulheres nos séculos XVII e XVIII.

Contudo, ressaltamos que essa “revolução” se manteve restrita às mulheres de estamentos sociais com inúmeros privilégios, a saber, as mulheres da aristocracia e da alta burguesia que tiveram: uma boa educação e instrução formal; disponibilidade e recursos para o desenvolvimento e a prática das atividades intelectuais; além de acesso a espaços restritos como os salões literários e os encontros, reuniões e conversas com intelectuais da Ilustração. Portanto, amparadas por uma série de prerrogativas socioeconômicas e políticas que donas de casas burguesas, artesãs, camponesas, empregadas e prostitutas não tinham direito, as mulheres que constituíram esse cenário, foram mulheres privilegiadas étnico-racial, social, política e economicamente, que, apesar de comporem uma imagem do avanço intelectual feminino no Século das Luzes, são exemplos de exceção na história da França burguesa setecentista.

### **3 INTELLECTUALIDADE E AMBIÇÃO FEMININA: AS MULHERES DA ILUSTRAÇÃO**

Sobre as mulheres, há uma avalanche de discursos e imagens, mas que, quase sempre – produzidos por homens – ignoraram “o que as mulheres pensavam a respeito, como elas as viam ou sentiam” (Perrot, 2019, p. 22). Consequentemente, as histórias que foram contadas, escritas e protagonizadas pelas mulheres em pleno setecentos, ainda eram exceções, como afirma Perrot (2005, p. 183): a “[...] exceção das pioneiras que quebram o silêncio. Retratos, biografias, percursos são alguns de seus caminhos possíveis [...]”.

Desde cedo, as meninas eram desencorajadas a qualquer tipo de ocupação que desafiasse o modelo de família burguesa e, assim, não trouxesse prosperidade ao lar. Badinter (2003, p. 68), salienta que “[...] do século XVII até o fim do século XIX, a mulher erudita é constantemente ridicularizada e tudo se faz para que ela não exista [...]”. Mas, com a relutância de algumas, os espaços frequentados pelas mulheres começam a se expandir, passando a haver maior mobilidade feminina nos salões letrados da grande Paris.

No século das Luzes, havia as mulheres que cuidavam dos afazeres domésticos; havia as mulheres da baixa burguesia e da alta aristocracia, as da sociedade de corte, as criadas e as prostitutas; havia a representação do feminino idealizada pelos ilustrados e existiam as francesas Olympe de Gouges, Madame du Châtelet, Madame d’Épinay, e a inglesa Mary

Wollstonecraft e inúmeras outras mulheres escritoras<sup>8</sup>.

Tomando-se como referência uma concepção mais “clássica” sobre Iluminismo, é bastante provável que existam interpretações contrárias à denominação dessas mulheres como iluministas. Na esteira oposta a essa interpretação, há quem defenda não apenas o título, como também as ideias das iluministas. Moraes (2016, p. 10) afirma não só sobre uma trajetória de luta, como também um feminismo iluminista das escritoras:

O feminismo iluminista de Mary Wollstonecraft e Olympe de Gouges compartilha da mesma crença na importância da educação e na universalidade de direitos, fazendo eco a Condorcet. É um feminismo que se impõe à escravidão dos africanos e indígenas e à escravidão doméstica. Ambas viveram tempos históricos em que a mulher estava excluída da educação formal, das universalidades e das possibilidades de uma carreira de nível superior. E em que o casamento a transforma numa dependente legal do marido, que não podia gerir os próprios bens nem trabalhar sem consentimento. É a eterna menoridade como destino das mulheres.

É inegável o compromisso dessas mulheres pela escrita e em prol da autonomia das mulheres. Filhas desobedientes de uma época que não nutria afeição a mulheres instruídas e com conhecimentos históricos (Fraser, 2009), elas se tornaram ícones na luta contra as opressões de gênero e hoje, juntamente com suas produções, são objetos de estudos e referenciais em inúmeros segmentos acadêmicos e sociais (Moraes, 2016).

Somente cinquenta e nove anos antes do discurso “Eu não sou uma mulher?”, proferido pela abolicionista afro-americana, ativista política e escritora Sojourner Truth (1797-1883) na convenção dos direitos da mulher (*Women’s Rights Convention*), no ano de 1851<sup>9</sup> e apenas sessenta e sete anos antes da publicação de *Úrsula* em 1859, romance da abolicionista brasileira Maria Firmina dos Reis (1822-1917)<sup>10</sup> é publicada a *Declaração dos direitos das mulheres e das cidadãs* (*Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne*) em 1791 por Olympe de Gouges.

Olympe de Gouges (1748-1793) foi outra mulher que desafiou as restrições públicas e extrapolou o limite do privado. Atriz, escritora, dramaturga, ativista política, abolicionista francesa, defensora da democracia e dos direitos da mulher, como atesta Moraes (2016, p. 10), “[...] ela se insere nas agitações políticas da França escrevendo panfletos, tratados políticos,

---

<sup>8</sup> A quem interessar conhecer mais sobre, indicamos pesquisar mais sobre o projeto “Antologia de escritoras francesas do século XVIII. Disponível em: <https://mnemosineantologias.com/seculo-xviii/>.

<sup>9</sup> Aos Interessados, sugerimos a obra: Gilbert (2020) ou Ribeiro (2019).

<sup>10</sup> Para conhecimento da obra, ver Reis (2018).

peças de teatro, artigos sobre a questão da mulher [...]”. Tendo vivido em tempos revolucionários, Olympe foi personagem ativa, sendo diretora do jornal *L’Impatient*.

Em 1791, Gouges fundou a Sociedade Popular das Mulheres e publicou seu célebre livro *Declaração dos direitos das mulheres e dos cidadãos*. Defensora dos direitos das mulheres, influenciou a criação de instituições de apoio a mães solteiras e uma casa de teatro para dramaturgia feminina, a francesa também lutou pela abolição da escravatura e criticou a pena de morte. Sua luta em favor dos desfavorecidos, da autonomia feminina e da libertação dos negros, a levaria a ser guilhotinada em 1793, quatro anos após a Revolução francesa<sup>11</sup>.

Nesse contexto, assumindo uma altivez política, a escritora e ativista conclamou as mulheres a lutarem por seus direitos, a lutarem pela conquista da cidadania e da igualdade entre os sexos, no Epílogo da obra:

Mulher, acorde! O toque de alarme da razão faz-se ouvir em todo o universo. Reconheça os seus direitos! O poderoso império da natureza não está mais cercado de preconceitos, de fanatismo, de superstição e de mentiras. A tocha da verdade dissipou todas as nuvens da tolice e da usurpação. Ao multiplicar suas forças, o homem escravo precisou recorrer às forças da mulher, para quebrar as correntes que o prendiam. Tornando-se livre, ele se tornou injusto com a sua companheira. Ó, mulheres! Mulheres, quando deixarão de ser cegas? Quais são as vantagens que vocês obtiveram na Revolução? Um desprezo mais marcado, um desdém mais assinalado. Durante séculos de corrupção, vocês só reinaram sobre a fraqueza dos homens. O poder que pertencia a vocês está destruído; então, o que lhes resta? A convicção das injustiças do homem. A reivindicação de seu patrimônio, fundado sobre sábios decretos da natureza. O que vocês teriam a receber de uma iniciativa tão bela? [...]. Reúnam-se sob os estandartes da filosofia, revelem toda a energia de seu caráter, e verão que esses arrogantes não mais serão adoradores servis rastejando aos pés, mas ficarão orgulhosos de compartilhar com vocês os tesouros do Ser Supremo. Sejam quais forem as barreiras que são erguidas contra vocês, vocês têm o poder de transpô-las – só precisam querer (Gouges, 2019, p. 261).

Na obra, como é possível constatar acima, Gouges registrou seus anseios pela emancipação das mulheres. Reivindicou, principalmente, a igualdade entre os sexos, o direito feminino à educação formal; ao voto e à propriedade privada; a cargos públicos; à herança e ao reconhecimento dos filhos nascidos fora do casamento (Moraes, 2016).

Em um período em que poucos se manifestavam a favor sobre temas como abolição da escravatura e emancipação feminina, Gouges foi uma figura que não se calou diante das atrocidades cometidas por homens brancos aristocratas a pessoas negras, pessoas do sexo

---

<sup>11</sup> Para mais esclarecimentos sobre a Revolução ocorrida na França no século XVIII, ver Burke (2017); e/ ou Perrot (2009).

feminino, pessoas homossexuais, isto é, pessoas que estavam, de alguma maneira, fora do padrão de humanidade universalizada pelo Ocidente: o padrão de ser homem, branco, heteronormativo, cristão e europeu. Como uma verdadeira revolucionária, Olimpe se manteve firme até seus últimos dias de vida defendendo pessoas para as quais a liberdade, a igualdade e a fraternidade nunca foram absolutamente efetivas.

E, em igual tom, o pré-feminismo ou profeminismo<sup>12</sup> foi representado na Inglaterra.

Um ano depois do início da revolução negra no Haiti (1791)<sup>13</sup> e dois anos após a Revolução Francesa (1789), a incansável Mary Wollstonecraft (1759-1797) publica, em 1792, *A Reivindicação dos Direitos da Mulher (Vindication of Rights is Woman)*.

Na seção “O dever dos pais”, a autora levanta o seguinte questionamento:

Parece haver uma proporção indolente no homem para fazer com que os preceitos sempre ocupem o lugar da razão e para sustentar todo dever em uma base arbitrária. Os direitos dos reis são deduzidos em uma linha direta do Rei dos reis, e os pais, de nosso primeiro pai. Por que, então, voltamos atrás em busca de princípios que deveriam sempre se apoiar na mesma base e têm hoje o mesmo peso que tinham há cem anos – e nem um bocado a mais? Se os pais cumprem seu dever, têm uma forte autoridade e um direito sagrado sobre a gratidão dos filhos; mas poucos estão dispostos a receber seu afeto respeitoso em tais termos. Eles demandam obediência cega, porque não merecem préstimos naturais; e, para tornar mais obrigatórias suas exigências de fragilidade e ignorância, uma sanidade misteriosa espalha-se ao redor do mais arbitrário dos princípios. Que outro nome se pode dar à obrigação cega de obedecer a seres viciosos e frágeis apenas porque seguiram um instinto poderoso? (Wollstonecraft, 2016, p. 199).

Sob ataque direto a “autoridades baseadas em arbitrários”, Mary escreve uma das obras que passou a ser considerada como um dos documentos fundadores do feminismo (Moraes, 2016), ao fazer duras críticas aos costumes aos quais as mulheres eram submetidas. De acordo com Wollstonecraft (2016, p. 31), “os homens, em geral, parecem empregar a razão para justificar preconceitos, assimilados quase sem saber como, em vez de procurar desarraigá-los”.

---

<sup>12</sup> Para o aprofundamento sobre um “feminismo” e “profeminismo” no século XVIII ver, respectivamente: Maxime Rovere (2019) e Gomes (2011). Disponível em: <file:///C:/Users/Francisca/Downloads/26059-82691-1-SM.pdf>. Acesso em: 12 set. 2020.

<sup>13</sup> Washington Nascimento descreve a importância da Revolução haitiana, e o medo por parte das elites coloniais pela tomada de consciência dos negros em prol de suas liberdades em São Domingos que poderia fortalecer o processo de resistência negra contra o sistema escravista. “A rebelião ocorrida na parte leste da ilha de São Domingos (atual Haiti) foi a única feita por africanos na história americana que culminou em uma revolução, destruiu o sistema escravo de plantação e transformou o Haiti no primeiro país negro fora da África. Os seus impactos foram múltiplos: influenciou sobre os preços do açúcar e gerou um grande medo de que uma insurreição daquela escala acontecesse em outros lugares da América escravista (Nascimento; Washington Santos, 2008, p. 126-127).

A independência econômica e o direito à instrução formal também foram pautas na luta da inglesa em favor da emancipação feminina.

Insubordinadas e determinadas, Olympe de Gouges e Mary Wollstonecraft, “inauguraram a idade do feminismo como movimento social” (Moraes, 2016, p. 15), que emergiu paralelamente aos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade. Críticas do Iluminismo, as feministas lutaram em favor da república laica, da radicalização da democracia e da cidadania para todos sem discriminação de sexo ou raça ou religião.

Destarte, “ambição” e “feminino” não eram designações próximas, no século das Luzes (Badinter, 2003), porém, era considerado um atributo denotado aos homens e um privilégio dos ricos. Na contramão dos limites impostos ao feminino, Madame du Châtelet e Madame d’Épinay foram mulheres que não se contentaram em desempenhar funções maternas e/ou domésticas.

Madame du Châtelet ou Gabrielle Émilie du Châtelet (1706-1749) quando jovem, não pôde fugir das obrigações de uma aristocrata francesa e, no entanto, “[...] foi a pessoa que menos se submeteu aos preconceitos de sua época e que mais soube afirmar sua originalidade, sua independência e sua ambição contra um mundo hostil a tais pretensões [...]” (Badinter, 2002, p. 7). Em 1747, a marquesa publica o *Discurso sobre a felicidade*. Entre tantos outros tratados sobre a felicidade publicados no século das Luzes, o texto se destaca por ter sido escrito por uma mulher, ligada a personagens importantes do movimento iluminista, como Voltaire, com quem viveu durante muitos anos de sua vida, além da obra distinguir “as condições da felicidade em geral” da felicidade reservada às mulheres setecentistas (Badinter, 2002, P. 7-8; Badinter, 2003).

Em o *Discurso sobre a felicidade*, Émilie du Châtelet (2002, p. 21-23) afirma que os homens teriam infinitas formas a mais do que as mulheres de chegar à felicidade. Eles podem chegar à glória servindo seus concidadãos, nas guerras ou na política. Enquanto a ambição feminina - muito mais um dever do que propriamente ambição - restringia-se a ter um bom casamento e filhos saudáveis e bem-educados. A escritora considerou que o amor pela glória é baseado inteiramente na ilusão e que o amor pelos estudos é um recurso mais seguro contra os infortúnios da vida, sendo, desse modo, uma paixão necessária.

A ambição feminina se estendeu à outra Émilie. A Madame d’Épinay (1723-1783) “notável por sua inteligência e sutileza” (Badinter, 1991), assim como a Madame du Châtelet, não tinha grande apreço à religiosidade cristã. Amiga de Rousseau, Grimm e Diderot, manteve

relação próxima ao movimento iluminista.

Em *O que é uma Mulher*, obra de autoria dos iluministas Diderot, Thomas e Madame D'Épinay (1991), é travado um debate caloroso sobre a natureza e a condição feminina. Juntando-se a um seleto grupo de pensadores dispostos a problematizar a natureza feminina e determinação moral incumbida às mulheres, Diderot e outros iluministas acabam caindo no argumento comum, eles “não param de atribuir à natureza aquilo que evidentemente nos vem da educação ou da instrução”, assevera Madame d'Épinay (Badinter, 1991). Questionada sobre a possibilidade de igualdade entre os sexos e, portanto, de alteração da situação das mulheres, a intelectual responde com firmeza que “[...] nada, em sua natureza, impede que as mulheres estejam em igualdade com os homens [...]” (Badinter, 1991, p. 31), pois é evidente que as mulheres e os homens são iguais em natureza e em constituição

Madame du Châtelet e Madame d'Épinay nunca mantiveram nenhum laço social. Nunca se encontraram, nem mesmo frequentaram os mesmos lugares na aristocracia. Quando Châtelet faleceu, em 1749, d'Épinay só tinha vinte e três anos e ainda não tinha ambições intelectuais. Elas não eram parecidas em quase nada, exceto a relação que mantiveram - amorosa no caso da senhora marquesa, e de amizade no caso da jovem Émilie - com Saint-Lambert e Voltaire e a perseverança em conquistarem o que desejavam. Duas Émilie autênticas e ambiciosas (Badinter, 2003).

Mulheres escritoras, pensadoras, intelectuais e por que não filósofas? Ao falarmos em filósofas não desejamos alterar apenas um termo, mas recusamos a ideia de que as mulheres não fazem parte ativa da história da filosofia, do pensamento iluminista ou da Ilustração e da Ciência Moderna. O que nos interessa é justamente problematizar e romper o silenciamento das vozes femininas na Filosofia e no Pensamento Ocidental, como ratifica Juliana Pacheco (2016, p. 09):

Falar em *filósofas* é “destruir” toda uma tradição filosófica machista e misógina, a qual silenciou e ocultou não só a presença das mulheres pensadoras, como a contribuição delas para a história da filosofia. Ao se falar *filósofas* estaremos rompendo com anos de submissão e subordinação, estaremos fazendo justiça com aquelas mulheres que fizeram diferença e com as que atualmente também fazem a diferença. Falar *filósofas* é falar em “revolução” no sentido de transformação, de se mostrar indignada e revoltada com o poder estabelecido, poder este que acaba tornando a filosofia como um privilégio dos homens, onde a palavra *filósofos* é restrita, exclusiva e universalmente “masculinizada”.

Intelectuais ambiciosas, autoras, críticas literárias, amantes e amigas do livre pensar,

portanto, filósofas iluministas e ilustradas que, contrariando o espírito de um período, cujo sinônimo de “ser mulher” estava intimamente atrelado às adjetivações “doméstica” e “submissa”, que por consequência, o valor social e literário desmerecia mulheres cultas, emancipadas e letradas. Espíritos livres e incomuns para a época, Mary, Gouges, Emilie e Emilie, não conseguiram se encaixar nas delimitações sociais de donas de casa, esposas, mães, e mulheres exemplares. Desafiando a ordem vigente, elas desejaram, pensaram, idealizaram, produziram e concretizaram projetos pessoais e coletivos, ao rebelarem-se através de escritos literários, elocubrações filosóficas, manifestações públicas e práticas políticas em defesa dos direitos e da emancipação feminina e dos negros (estes últimos, no caso de Mary e Gouges), da igualdade entre os sexos e das liberdades individuais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, ficou evidente que os três séculos da primeira modernidade, em especial no século XVIII, para além de transformações das sensibilidades, a nova forma de civilidade constituída na modernidade, apesar de canonicamente ser abordada de maneira geral, impôs ao sexo feminino restrições e limites muito mais severos do que aos homens. E assim, as mulheres foram confinadas à vida privada, e como ratifica Nicole Castan (2009, p. 408) “[...] todo o problema com relação à vida doméstica consiste em determinar bem as liberdades e os isolamentos possíveis”. Nesse contexto, a civilidade e sociabilidade imposta às mulheres, principalmente, sob o pretexto de uma moral feminina, deu origem a uma nova forma de “ser mulher” em uma sociedade cortesã que estava muito mais preocupada com hábitos voltados à representação do vestir, do comer, do falar e do agir, do que com o verdadeiro desenvolvimento das faculdades humanas.

Contudo, apesar do cenário de limitações, domesticação e usurpações, existiram pequenos e democráticos avanços quanto à educação/instrução feminina. Se até o século XVI o saber era um privilégio do clero e da nobreza, a partir do século seguinte passa a ser prioridade da Igreja Católica a alfabetização das mulheres para a catequização das crianças e evangelização social. O que deu início a uma onda de criação de internatos, colégios e conventos, contribuindo para a educação feminina. O século das Luzes, foi um século em que as mulheres tiveram mais liberdade, de certa forma, e em função disso suas ambições alcançaram variados campos e linguagens. Mulheres escritoras, artistas, estilistas, pintoras,

artesãs, entre outras.

Nesse contexto, existiram mulheres que se negaram a seguir o modelo de civilidade setecentista. Olympe de Gouges, Mary Wollstonecraft, Madame du Châtelet, Madame d'Épinay e inúmeras outras sábias e letradas foram mulheres marcantes para a história do mundo moderno, sobretudo, para o longo século XVIII. Mulheres com personalidades fortes e distintas que marcaram uma era dominada por um espírito masculino. Essas personagens históricas, resgatadas e contadas a partir de recentes e necessárias. Cada uma delas, foram pessoas com desejos, pensamentos e modos de vida próprios, de certo, característicos de uma época, mas com ambições e projetos indefiníveis por um única formulação teórico-conceitual exposta nos termos e limites característicos à uma “natureza feminina” ou de “ser mulher”. Intelectuais e ativistas em prol da absoluta e inalienável emancipação humana. Seres humanos preocupados com limites infundados de uma sociedade monárquica. Pessoas, guilhotinadas por defenderem um ideal de liberdade.

Por fim, no intuito de contribuir com o debate, deixamos a seguinte reflexão: que tipo de revolução e revolucionários, cujo bandeira levava os lemas de liberdade, fraternidade e igualdade, massacraram pessoas que lutam pelos mesmos ideais que eles? Só aos homens seria permitida a completa emancipação? Mesmo após a Revolução, a estrutura social francesa continuou organizada com base segundo uma natureza humana universal detentora de direitos universais baseada em uma distinção e hierarquização social a partir da dimensão sexo/gênero, relegando às mulheres uma natureza feminina sexualmente determina e oposta, cujos direitos também permaneceram limitados por longos séculos.

## REFERÊNCIAS

BADINTER, Elisabeth. **Émilie, Émilie**: ambição feminina no Século XVIII. Tradução: Celeste Marcondes. São Paulo: Discurso Editorial, Duna Dueto, Paz e Terra, 2003.

BADINTER, Elisabeth. Prefácio. In: CHÂTELET, Madame Du. **Discurso sobre a felicidade**. Tradução: Marina Appnezeller. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BADINTER, Elisabeth. Prefácio. In: THOMAS A. L., DIDEROT, D'EPINAY, Madame. **O que é uma Mulher?** um debate. Tradução de Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

CASTAN, Nicole. O público e o particular. In: AIRÈS, Philippe; CHARTIER. Roger (org.). **História da vida privada**: da Renascença ao Século das Luzes. v. 3. Tradução de Hildegard

Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CHARTIER, Roger. *In*: CHARTIER, Roger (org.). **História da vida privada: Da Renascença ao Século das Luzes**. 3. Direção de Philippe Ariès e Georges Duby. Tradução: Hildegard Feist. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

CHATELET, Madame Du. **Discurso sobre a felicidade**. Tradução de Marina Appnezeller. Prefácio de Elisabeth Badinter. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

CRAMPE-CASNABET, Michèle. A mulher no pensamento filosófico do século XVIII. *In*: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (org.). **História das Mulheres no Ocidente: do Renascimento à Idade Moderna de organização**. 3. v. Tradução de Alda Maria Durães, Egito Gonçalves, João Barrote, José S. Ribeiro, Maria Carvalho Torres e Maria Clarinda Moreira. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

FRASER, Antonia. **Maria Antonieta**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

GILBERT, Oliver. **"E eu não sou uma mulher?"** A narrativa de Sojourner Truth. Tradução de Carla Cardoso. Rio de Janeiro: Imã Editorial, 2020.

GOMES, Anderson Soares. Mulheres, Sociedade E Iluminismo: o surgimento de uma Filosofia Profeminista na Inglaterra do Século XVIII. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 29, jul./dez. 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/Francisca/Downloads/26059-82691-1-SM.pdf>. Acesso em: 12 set. 2020.

GOUGES, Olympe de. Os Direitos da Mulher. Tradução de Andrea Maria Melo. *In*: MAXIME ROVERE, (Org). **Arqueofeminismo: mulheres filósofas e filósofos feministas-século XVII-XVIII**. Tradução: Andrea Maria Mello, Camila Lima de Oliveira, Pedro Muniz, Viviana Ribeiro e Yasmim Haddad. 2. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

MAXIME ROVERE, (Org). **Arqueofeminismo: mulheres filósofas e filósofos feministas-século XVII-XVIII**. Tradução de Andrea Maria Mello, Camila Lima de Oliveira, Pedro Muniz, Viviana Ribeiro e Yasmim Haddad. 2. ed. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

MORAES, Maria Lygia Quartim de (pref.). Mary Wollstonecraft e o nascimento do feminismo. *In*: WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. 1. ed. Tradução de Ivania Poncinho Motta. Prefácio de Maria Lygia Quartim de Moraes. São Paulo: Boi Tempo, 2016.

PACHECO, Juliana (org.). **Filósofas: a presença das mulheres na filosofia**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2016.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle (org.). **História da vida privada: da Revolução à Primeira Guerra**. 4. vol. Tradução de Denise Bottmann (partes 1 e 2) e Bernardo Joffily (partes 3 e 4). São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução de Angela M. S. Côrrea. -2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

PIMENTA, Pedro Paulo. Uma nova concepção de filosofia. *In*: DIDEROT; D'ALEMBERT. **Enciclopédia ou Dicionário razoado das Ciências, das Artes e dos Ofícios**: o sistema dos conhecimentos. 2. v. 1. ed. Tradução de Pedro Paulo Pimenta, Maria das Graças de Souza e Luís Fernandes Nascimento. Organização de Pedro Paulo Pimenta e Maria das Graças de Souza. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

SONNET, Martine. Uma filha para educar. *In*: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (direç.). **História das Mulheres no Ocidente**: do Renascimento à Idade Moderna. 3. v. Tradução de Alda Maria Durães, Egito Gonçalves, João Barrote, José S. Ribeiro, Maria Carvalho Torres e Maria Clarinda Moreira. Porto: Edições Afrontamento, 1991.

THOMAS A. L.; DIDEROT, D'Epinay, Madame. **O que é uma Mulher?** um debate. Tradução de Maria Helena Franco Martins. Prefácio de Elisabeth Badinter. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

TOLEDO, Livia Gonsalves; TEIXEIRA FILHO; Fernando Silva. Apontamentos sobre a construção sócio-histórica de estigmas e estereótipos em relação ao homoerotismo entre mulheres. **Revista de Psicologia da UNESP** v1, n1, p. 39-61. 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/franc/Downloads/558-Texto%20do%20artigo-1714-1-10-20170922.pdf>. Acesso em 22 out. 2021.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. 1. ed. Tradução de Ivania Poncinho Motta. Prefácio de Maria Lygia Quartim de Moraes. São Paulo: Boitempo, 2016.

ZECHLINSKI, Beatriz Polidori. **Três autoras francesas e a cultura escrita no século XVII: gênero e sociabilidades**. 2012. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Curitiba, 2012.